

## 500 Anos de Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil

\*Denise Maria Comerlato

A tarefa de falar acerca de 500 anos de alfabetização no Brasil certamente não será fácil pois, como veremos, esta história foi marcada pela ausência de ações e de políticas públicas que pudesse ter garantido o acesso da população à alfabetização, seja por via da escola ou por outros meios. A alfabetização foi tema de debate e de interesse para educadores, pedagogos e por toda a sociedade apenas neste último século.

Entraremos no novo milênio contabilizando os números do analfabetismo brasileiro, o maior da América Latina e um dos maiores do mundo em dados absolutos: 18 milhões em 1995 entre a população acima de 10 anos de idade, sem considerar o analfabetismo funcional, aqueles que não concluíram as quatro primeiras séries do ensino fundamental, contingente que alcança quase 50% da população acima de 14 anos, segundo os dados do IBGE.

Hoje estes números nos assustam. Por que? A alfabetização ou o direito a participar do mundo como sujeito alfabetizado se tornou, salvo algumas exceções, um consenso. Quantos argumentos a favor da alfabetização poderíamos lançar para justificar nossos projetos? Tanto a direita como a esquerda política podem lançar seus argumentos, com razões bastante diferentes, é claro, mas reconhecendo, mais ou menos, a necessidade de uma população alfabetizada. Para quê?

Começemos do início desta nossa história

Após a "descoberta" do Brasil, a primeira notícia de educação que temos foi a presença da "Companhia de Jesus" para contribuir à pacificação dos índios, ou

---

\* Mestre em Educação. Professora do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS.

conversão dos índios, pela ótica da Igreja, no projeto de ocupação do território brasileiro iniciado pelas capitânicas hereditárias.

Os portugueses encontraram os índios mais ou menos dóceis, que viviam em estado de guerras tribais, com a prática do canibalismo ritual, a adoração à deuses da natureza e uma vida sem pudores que os levassem a cobrir os corpos. Muitos mitos se criaram. Por um lado, o do bom indígena, que vivia na pureza, em harmonia com a natureza e, por outro, do mau indígena, selvagem, primitivo, ignorante, sem cultura, preguiçoso, indolente e pecador. Alguns trechos da obra "Primeiras Letras" produzida pelo Padre Anchieta, a partir de 1553, para catequizar os indígenas são reveladores:

*"Vinde Sábio Regedor,  
Reger os desordenados  
Para que por vós guiados  
No Caminho do Senhor  
Escapemos do peccado  
Estamos desconcertados,  
Mas vos trazeis o concerto  
Para que nós mais de perto,  
Por nós bem encaminhados,*

*Achemos o céu aberto.* "(Primeiras Letras: 1923, pág. 93) Imaginem que tarefa cumpriam os padres jesuítas: catequizar, salvar estas almas do demônio que instigava outras crenças que não a do Deus Católico. Pobres índios, ignorantes e afastados da Verdadeira doutrina da fé. Noutra passagem:

*"Vinde todos,  
Vós meus filhos,  
Para isso vim do céu  
Por onde vós não sabeis  
Só para vos ajudar,  
Nesta aldeia miserável*

*Quero eu patrocinar*  
*Para que também venhais*  
A tão ditoso logar.  
Ensinar agora vos venho  
O que Nosso Senhor manda.  
E nós anjos obraremos  
Para o bem de vossas almas.  
Eu venci o inimigo  
Que perseguia as vidas  
E também aqui está  
Por Christo Nosso Senhor  
S. Lourenço Virtuoso,  
Que mandou da vossa aldeia  
Para o inferno o Demônio.  
...Acabe o antigo rito  
Não haja aqui mortandade,  
Acabem-se os feitiços,  
E o augúreo que vós tínheis,  
Nas aves e feras do mato.  
Não adoreis á palmeira.  
A cruz deveis adorar.  
Não façais mal a ninguém,  
... Não tireis frechas ás gentes.  
...Entregai as vossas almas,  
...Tende dó das vossas antigas  
Culpas e maldades..." (Primeiras Letras: 1923, pág. 178).

Uma longa história de dominação, muitas vezes pela força, mas tornada muito mais sólida e permanente quando dada sobre o domínio das almas. O que

poderiam os índios quando a profecia da *Terra Sem Males* se cumpria com a chegada dos homens vindos do mar, com suas enormes roupas, muitas vezes coloridas, com seus instrumentos de faca e fogo, com seus discursos de certeza, ainda mais em língua incompreensível?

O que seria alfabetização naquele tempo? Mesmo na Europa, quem era alfabetizado? Bastaria saber ler os versos? Nem isto talvez fosse necessário aos índios pois poderiam facilmente decorá-los, ainda mais se fossem cantados, sabendo ainda que os escritos de Anchieta para a evangelização eram escritos ou formulados na língua tupy.

Muito raramente aprendia-se a leitura e escrita (Peixoto: 1994, págs. 9-13). Além da catequese, os indígenas aprendiam alguns trabalhos manuais que depois foram estendidos aos negros. No entanto, mais tarde, os religiosos se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos, incluindo o ensino das letras. Este sistema de ensino durou até a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759. Após este período do Brasil Colônia, apenas no Império é que voltaremos a ter algumas informações acerca da educação de adultos no país.

A primeira Constituição Brasileira de 1824 garantia uma "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos", fato que não ocorreu de fato por vários motivos: primeiro, porque só possuía cidadania uma pequena parcela da população, aquela das elites econômicas; em segundo lugar, porque coube a responsabilidade de oferta da educação básica às Províncias, que, com poucos recursos, não podiam cumprir a lei, permanecendo sob responsabilidade do governo Imperial a educação das elites.

Podemos perceber que o ensino se dava de forma desigual para diferentes grupos e em diferentes tempos: para que serve?

O pensamento da elite da época era de oferecer instrução para todos, influenciado por um pensamento moderno e liberal, sendo Adam Smith um dos seus representantes, que preconizava que a educação livrava ou amenizava os sujeitos das ilusões do entusiasmo e da superstição que poderiam ser origem de

terríveis desordens, facilitando o desempenho do Governo.

Enquanto isto a Europa, origem da nossa cultura letrada, vivia diferentes situações em relação a alfabetização de sua população. Como exemplo, em meados do séc. XIX, a Suécia tinha 90% de sua população alfabetizada, a Prússia e a Escócia, 80%, em contraste com outros países como Itália e Espanha, com apenas 25% de alfabetismo. Havia, de maneira geral, uma Europa do Norte, protestante, alfabetizada, e outra Europa ao Sul, católica e analfabeta (Frago: 1993, pág. 30). No Brasil, em 1890, 82% da população era considerada analfabeta, ou 28% da população alfabetizada, não muito diferente dos países do sul da Europa.

No primeiro período republicano, não houve relevantes alterações no sistema educacional: confirma-se o ensino básico como uma ação descentralizada, sob a responsabilidade dos Estados e municípios onde a União tem o papel de "animador". No entanto, a União promoveu uma série de reformas educacionais procurando uma normalização ao preocupar-se com o estado precário do ensino básico, correspondente às séries iniciais (Peixoto: 1994, pág. 14).

O censo de 1920 registrou 72% da população acima de 5 anos analfabeta. A partir desta data verifica-se um movimento de parte da população e de educadores por ampliação do número de escolas e por sua qualidade, assim como uma exigência de que o Estado se responsabilizasse pela oferta destes serviços. O período da virada do século foi o grande período da imigração européia, especialmente alemães e italianos que contribuíram de forma intensa, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, além de outras cidades do Brasil, para a organização popular. Refiro-me ao movimento de trabalhadores, à constituição de sindicatos, ao debate promovido por socialistas e anarquistas, à formação de escolas mantidas pelos sindicatos que promoviam a educação de crianças, filhos de trabalhadores e, algumas, destinada exclusivamente para os adultos trabalhadores. Essas ações tinham um sentido mais geral, visto em sua totalidade: os imigrantes, coerentes com suas convicções políticas forjadas na efervescência do debate europeu sob influência do marxismo e do anarquismo que vivia ainda o início da Revolução Russa, promoviam a

organização dos trabalhadores em sindicatos. Os trabalhadores, para se organizarem e levarem adiante suas idéias, precisavam divulgá-las, daí a imprensa alternativa ser fundamental e a escola ganhar enorme importância (*História do Anarquismo: s/ data*).

Vemos, neste fato histórico, um novo sentido para a educação. Ela não é ilustração ou aprendizagem de uma especialização ou arte, como para as elites; mas a educação torna-se um instrumento de luta para a conquista de um mundo sonhado.

Depois, os sindicatos não conseguiram levar adiante suas escolas: falta de recursos e a forte repressão sobre o movimento operário. No entanto, antes de algumas escolas fecharem, o movimento conseguiu sua incorporação ao sistema público.

Após a Revolução de 30, outra idéia vem alimentar a educação: a de preparar os sujeitos para as responsabilidades da cidadania (Peixoto: 1994, págs. 16-17). O país, sob a ditadura Vargas, buscou, pela centralização das ações, a formação de um estado moderno nacional: exemplos são a constituição das leis trabalhistas, normalização dos sindicatos e a expansão do sistema educativo.

A Constituição de 1934 propôs um Plano Nacional de Educação, centralizado no governo Federal e esclarecendo as competências das esferas da União, dos Estados e municípios; reafirmava o direito de todos e o dever do Estado e vinculava uma receita para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em 1938, foi criado o INEP- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o que permitiu a instituição, em 1942, do Fundo Nacional do Ensino Primário, o qual deveria, com um programa de ampliação da educação primária, incluir o Ensino Supletivo para adultos e adolescentes.

Após a 2ª guerra, em 1945, a criação da UNESCO, divulgou e promoveu, a nível mundial, uma educação voltada para a paz dos povos e a educação de adultos como uma forma de contribuir com o desenvolvimento das nações "atrasadas". Com uma concepção funcional do processo educativo, defendia a educação como forma de integração social, de forma passiva e instrumental, sem visão crítica. De qualquer forma, a criação da UNESCO e suas ações posteriores contribuíram decisivamente para a discussão e implementação de ações no que se refere ao analfabetismo, à

educação de adultos" e às desigualdades sociais a nível mundial, especialmente em países do Terceiro Mundo.

O Brasil, após a ditadura Vargas, buscava a redemocratização. A educação ganhava novos impulsos sob a crença de que seria necessário educar o povo para que o país se desenvolvesse, assim como para participar politicamente, através do voto, que se daria por meio da incorporação da enorme massa de analfabetos. Tão empolgados estavam os educadores da época que este período ficou conhecido como o do "entusiasmo pela educação",

Em 1947, houve a criação do SNEA- Serviço Nacional de Educação de Adultos, com o objetivo de orientar e coordenar os trabalhos do Ensino Supletivo, conseguindo gerar várias ações que permitiram a realização da 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos -CEAA, presidida pelo Prof. Lourenço Filho.

Além de atender aos apelos da UNESCO e junto com idéia de redemocratização do país, a Campanha cumpria os objetivos de: preparar mão de obra, pois o país vivia um processo de crescente industrialização e urbanização; penetrar no campo e integrar os imigrantes dos Estados do Sul, que durante a 2ª Guerra representaram, segundo o governo ditatorial, uma ameaça à unidade nacional; visava, ainda, melhorar as estatísticas brasileiras em relação ao analfabetismo.

O início da Campanha se deu no Congresso, onde delegados de Estados e Territórios apresentaram teses que geraram sugestões para a elaboração de uma Lei Orgânica de Educação de Adultos.

Uma dessas teses, a apresentada pelo Professor Cândido Jucá (Peixoto, 1994), mostra-se bastante significativa para compreendermos o pensamento da época. O Professor afirma ser necessário conhecer "os possíveis discípulos em sua verdadeira psicologia" e afirma ser um erro pensar que se houvesse mais escolas o analfabetismo seria inexistente. Ele leva em conta que nas cidades existe oferta de escola mas há muitos "analfabetos resistentes" que não querem estudar. Depois caracteriza

esses sujeitos analfabetos da seguinte forma:

*"Existem os levianos, que preferem folgar nas horas de lazer diário. A outros se lhes afigura a aquisição do alfabeto como sobrecarga, talvez penosa, que em nada modificará sua vida futura, não 'precisam' alfabetizar-se. Alguns compreendem que saber ler lhes seria de utilidade: ainda assim, escolhem marasmar no complexo de inferioridade em que caíram, e fogem às ocasiões de se revelarem menos que os outros: são os 'envergonhados'... Nem faltam os que desejam 'ter aprendido a ler', afirmando que 'na sua idade já não tem capacidade de instruir-se: são os desanimados, que a si mesmo se tratam de 'papagaios velhos'..." (Peixoto: 1994, pág. 22).*

Apesar da visão preconceituosa de Cândido Jucá, o discurso revela profundas dificuldades para "conquistar" os sujeitos adultos para a escola e algumas das dificuldades que estes mesmos adultos enfrentam para se acercar da mesma. Algumas não seriam ainda válidas?

Após, o professor Cândido Jucá discorre acerca da história dos países que resolveram o problema do analfabetismo, o caso dos países do norte da Europa, de religião protestante, como já foi citado acima, chamando de "razão espontânea" a necessidade de ler a Bíblia.

Claro que esta é uma visão simplista, mas contém também sua verdade. Na Suécia, por exemplo, o que contribuiu decisivamente para o processo de alfabetização foi a conjunção de interesses, organização e esforços entre a igreja luterana e o Estado. Uma disposição de 1686 impunha exames paroquiais, cujo sucesso permitia receber a comunhão ou contrair o matrimônio. O sistema funcionava sob um ensino familiar e, posteriormente e paulatinamente, com "civilizado", o que nos leva a supor que pensasse o oposto dos nossos analfabetos, traz uma concepção ainda muito corrente: a do analfabeto ignorante, sem cultura, sem condições de exercer a sua cidadania pois facilmente pode ser enganado, que não sabe votar, etc. Ainda, fala em

"extirpar o mal", em incitar o analfabeto a arrancar-se de "sua própria escuridão", visto inclusive como um entrave para o desenvolvimento do país. Se essa era a expressão do pensamento da época, por que iria o sujeito ingressar na escola? Para afirmar sua ignorância e ser reconhecido por ela? As questões teóricas-metodológicas, que sempre contém uma sustentação ideológica, vem aqui afirmar também a sua importância, seja na conquista de sujeitos para a escolarização, via 'abordagem direta' ou difusão pelos meios de comunicação, seja para a permanência dos mesmos na escola.

As Campanhas que duraram até 1958, carregando as concepções do analfabetismo como uma doença ou um mal a ser combatido, extinguiram-se pelo seus contínuos fracassos. Apesar disto, os esforços para a redução do analfabetismo e universalização do ensino conseguiram fazer cair o índice para 46,7% em 1960.

O início dos anos 60 marcará uma nova fase na educação de adultos no país. Num contexto ideológico "nacional-desenvolvimentista", junto à ascensão do populismo de Goulart, das campanhas de sindicalização, da valorização da cultura popular, iniciam-se as experiências inovadoras de alfabetização de adultos por Paulo Freire.

Freire, trazendo este novo espírito da época, acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo.

Na opção de Freire, um novo paradigma de educação foi se constituindo: o da educação libertadora ou da educação popular. Partindo das concepções do adulto educando sobre o mundo, através da reflexão e da ação, afirmava a relação dialógica educando/educador: os sujeitos se educavam por meio da problematização das situações concretas de vida de cada grupo de trabalho, desenvolvendo suas visões críticas, ampliando suas visões de mundo, descobrindo a palavra cheia de vida da sua experiência, inserida num contexto cultural que faz do homem sua própria humanidade ou desumanidade (Comerlato: 1999, pág. 127).

Freire inverteu a lógica das décadas anteriores, ao trabalhar com a concepção

de que o adulto analfabeto não era causa do subdesenvolvimento do país, mas sua consequência, ou melhor, vítima de um sociedade injusta e desigual, de um sistema que buscava reproduzir, pela educação, o poder das elites políticas, econômicas e sociais do país. Da mesma forma, inverteu a visão do analfabeto como um sujeito sem cultura, ao contrário, sua metodologia consistia, em primeiro lugar, em trazer a discussão do que é cultura e, em segundo lugar, fazer os sujeitos reconhecerem-se como produtores de cultura a partir de situações cotidianas de suas vidas, na qual a alfabetização vem inserir-se como mais um instrumento para a leitura do mundo. Esta atitude dialógica, de troca de saberes, de respeito profundo aos conhecimentos forjados ao longo das histórias dos sujeitos analfabetos, no mundo do trabalho, pautou toda a sua obra. O ato subversivo e radical de Freire foi a provocação de questionamentos acerca da hierarquização dos conhecimentos na sociedade, onde só o saber escolar parece ter valor, e essa é a forma mais sutil de se manter a dominação de classes.

A educação popular foi sendo divulgada através de inúmeros agentes: intelectuais, artistas, estudantes, militantes da igreja, militantes políticos, enfim, de setores da população que sentiam-se comprometidos politicamente com as classes populares e buscavam uma real transformação social. O processo de alfabetização se desenvolvia principalmente nos Círculos de Cultura promovidos pelos Centros de Cultura Popular da UNE e de Movimentos de Cultura Popular e pelo Movimento de Educação de Base, vinculado à CNBB, nos quais alfabetizandos e alfabetizadores, chamados de animadores, buscavam uma relação de igualdade não forjada, mas construída no respeito mútuo, na solidariedade humana, na reflexão coletiva, no compromisso de cada um com a aprendizagem de todo o grupo.

Logo após este período otimista, de 1962 a 1963, inclusive estando o Governo federal por lançar a Campanha de Alfabetização Nacional, em 1964, com proposta de Paulo Freire, ocorre o Golpe Militar. Paulo Freire foi para o exílio, vivendo no Chile, Europa e África.

Mas no Brasil, mesmo sob a Ditadura, mantiveram-se várias

experiências de educação com concepções freirianas desenvolvidas por militantes dos movimentos populares, sob a forma de resistência, como os organizados pelas Comunidades Eclesiais de Base (Fonseca: 2000).

No período da Ditadura Militar, novas campanhas de alfabetização foram realizadas pelo governo, através do MOBREAL (1967-1985), período em que o governo tentava amenizar as reivindicações e a efervescência do descontentamento popular. Novamente, são retomados os conceitos de alfabetização instrumental, servindo ideologicamente ao governo no sentido da domesticação das classes populares. (Lembram da brincadeira ofensiva de chamar alguém de "Mobreal" quando desejavam dizer que o outro era ignorante, que não sabia, que era um burro? Uma das propagandas do Mobreal era o carimbo de um dedão, desqualificando os sujeitos que eram obrigados a submeter-se a tal prática quando não sabiam assinar seu nome.)

O Mobreal, dizendo-se aplicador do método Paulo Freire por utilizar-se da "silabação" de palavras geradoras, foi um fracasso: os professores, na maioria leigos, desenvolviam uma prática assistencialista, havia alta desistência de alfabetizadores e alfabetizados e os dados desta grande campanha até hoje não foram computados, nem mesmo acredita-se nos seus documentos, pois houve grande mascaramento de dados quando o professor passou a receber pelo número de alunos que tinha em classe. Salvo alguma exceção, o Mobreal serviu para afirmar mais uma vez a exclusão das classes populares ao acesso da aprendizagem da leitura e da escrita.

O Projeto Educar (1985-1990), criado pela Nova República para substituir o desgastado Mobreal, depois extinto pelo Governo Collor, funcionava em parceria com municípios e, apesar de sua orientação político-pedagógica de educação funcional, a descentralização de suas ações possibilitou uma maior diversidade de orientações e práticas pedagógicas. Também trabalhava com alfabetização e pós-alfabetização, refletindo outras concepções acerca do processo: de que havia necessidade de uma continuidade da educação básica afim de não ver reduzido o trabalho de alfabetização

com o retorno dos sujeitos ao analfabetismo ou agora transformados em analfabetos funcionais.

Chegamos aos anos 90, Ano Internacional da Alfabetização, sem nenhuma proposta concreta por parte do Governo Federal, além da extinção do Projeto Educar. O Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) gestado no governo Chiarelli nunca chegou a se concretizar.

Entretanto, a Constituição de 1988, garantindo o ensino fundamental também àqueles que não tiveram acesso em "idade própria", e a tendência legal à municipalização do mesmo, abriram espaço para que alguns municípios, cujos governos eram ou são comprometidos com as classes populares, realizassem experiências significativas na Educação de Jovens e Adultos. Exemplos disso foram o MOVA (Movimento de Alfabetização) em São Paulo e o SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos) em Porto Alegre, implantados em 1989. O primeiro, implementando um trabalho conjunto e articulado com os movimentos sociais: e o segundo, o SEJA, institucionalizando a Educação de Jovens e Adultos dentro da rede pública municipal. Os dois, com princípios políticos-pedagógicos definidos, mas sem rigidez metodológica.

O MOVA foi desarticulado com a troca de governo da Prefeitura de São Paulo, quando Maluf assumiu em 1993. Mas o SEJA tem crescido a cada ano, também pela permanência da Frente Popular na Prefeitura de Porto Alegre.

Além dessas propostas governamentais, na década de 90 surgiram muitos outros grupos e instituições e, especialmente, Governos Municipais que engendraram novos cursos de alfabetização e de escolarização de Jovens e Adultos

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) -lei 9.394/96- deixou muito a desejar em relação as discussões expressas na versão proposta pelo CONED (Congresso Nacional de Educação). No entanto, a Educação de Jovens e Adultos, ao ser tratada como parte do Ensino Fundamental, e ao deslocar o ensino supletivo como um qualificativo e não mais um substantivo, possibilita pelo menos uma nova leitura: a de que a educação de adultos traz uma especificidade própria, considerando tratar-se de educandos que são portadores

de múltiplos conhecimentos. Inclusive desafia a escola para aproveitamento e reconhecimento destes saberes construídos em espaços não escolares (Art. 38., parágrafo 2º - *Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.*), e que por isso mesmo, ela não pode ser considerada como uma simples reposição condensada do ensino regular, idéia comum em relação ao ensino de suplência. Ao contrário de ser uma educação à reboque, o Parecer No. 774/99 do CEED (Conselho Estadual de Educação) esclarece que foi a nova Lei que incorporou princípios fundamentais do antigo Supletivo na Educação Básica quando:

*“- flexibiliza a organização de seus currículos;*

*- centra no aluno o processo de ensino-aprendizagem*

*- reconhece que a construção do conhecimento ocorre de maneira diferenciada para cada educando e somente é significativa se considerar seus saberes e vivências ” (pág. .3).*

O Parecer reafirma ainda que é atribuição da escola ensinar e portanto a elas serão autorizadas o desenvolvimento do ensino fundamental e/ou médio votados para a educação de jovens e adultos. O ensino de 1ª a 4ª série não necessitam de autorização prévia, uma vez que poderão multiplicar-se os projetos que atendem história de vida? Ela não tem valor? Prática esta contrária aos princípios freirianos, do sujeito compreender-se como ser histórico, conhecer sua história e sua inserção nela ou exclusão dela, parte dolorosa mas necessária para tornar-se ativo em seu processo de aprendizagem. No momento, circula num dos folders de divulgação do PAS (Programa Alfabetização Solidária) a seguinte inscrição: "ajude a apagar esta mancha do Brasil". Quem é que está manchado? Parece que o sujeito analfabeto acaba sendo a vergonha nacional, quando a vergonha é termos contínuos Governos que ignoram o compromisso de oferta de ensino público e gratuito para todos, expresso em nossa Constituição.

Precisamos estar alerta aos nossos pré-conceitos, às nossas representações acerca dos sujeitos pouco escolarizados, desenvolver nossa curiosidade em conhecer nossos brasileiros e a diversidade cultural que os diferentes grupos trazem.

A partir deste primeiro passo, poderemos reconhecer o que os move para a alfabetização e porque desejamos alfabetizá-los. Conceber um conceito de alfabetização e de educação que não tenha um fim em si mesmo, ou seja, de servir apenas para a escola. Esta pode ser uma das grandes causas do crescimento do analfabetismo funcional em todo o mundo, pois não servindo para a vida, o conhecimento deixa de ter uso. Devemos ampliar o conceito de alfabetização, complementando-o com o de letramento, no sentido de ser um processo que nunca se encerra e no qual é preciso ter o domínio de vários códigos para tornar possível a leitura crítica. Neste sentido, o conceito de alfabetização tem sofrido significativas mudanças (Soares: 1998), desde a cópia do nome ou de textos sagrados, à escrita de um bilhete simples.

Atualmente, pode-se considerar alfabetização como o ensino correspondente as quatro primeiras séries do ensino fundamental como meio de garantir o domínio mínimo dos códigos, além do alfabético, utilizados de forma corrente em nossa sociedade, em diversos materiais de leitura em circulação, e que envolve todas as área de conhecimento. Do contrário, o domínio da alfabetização no sentido restrito, da aprendizagem das letras e seu funcionamento enquanto código, não permitirá essa demanda e as escolas poderão reconhecer posteriormente a aprendizagem por meio de exames.

O Plano Nacional de Educação do governo FHC apenas revela que a EJA não é um compromisso do seu governo. Mas, como estratégia política, propõe o Programa Alfabetização Solidária- PAS, em parceria com empresas, Universidades e Prefeituras, para atender municípios do Norte e Nordeste com altíssimos índices de analfabetismo. Como sua proposta com o educando não ultrapassa cinco meses de trabalho em classes de alfabetização, dificilmente poderemos considerar esses cidadãos alfabetizados, antes poderíamos dizer que servem para a sensibilização da população para a escolarização e a criação de uma demanda para o ensino fundamental de jovens e adultos. Mas este esforço será praticamente em vão se não for articulado com os municípios para darem continuidade ao processo de alfabetização e escolarização, podendo inclusive ser incorporado ao ensino regular.

Temos até agora trabalhado com alguns marcos históricos da educação de

adultos no Brasil trazendo, na medida do possível, as concepções que fundamentaram as orientações políticas- pedagógicas das diferentes propostas. Se hoje grande parte dos projetos de EJA são fundamentadas pela educação popular e pelo construtivismo, é porque essas duas correntes educativas se aproximaram pela visão do educando como um sujeito de sua aprendizagem. Uma contribuindo para a visão política da ação educativa e outra complementando com os aspectos cognitivos envolvidos no processo.

Apesar disto, por falta de uma radicalidade de reflexão, projetos até mesmo progressistas resvalam nas representações de senso comum acerca do sujeito analfabeto. Há poucos anos um Programa de EJA apresentou como símbolo de seu trabalho a cadeia evolutiva do homem partindo do homem-macaco, curvado e peludo, até o homem atual, ereto. Que leituras podem ser feitas pelas pessoas acerca desta representação? O sujeito analfabeto não seria um ser totalmente humano? E o que dizer de outra prática de alfabetização que convida seus educandos a queimarem suas identidades de analfabetos? É preciso apagar esta mais que uma leitura fragmentada dos diferentes textos, não garantindo de forma alguma o engajamento desses sujeitos alfabetizados ao mundo da prática social da leitura e da escrita.

Por fim, gostaria de retomar alguns questionamentos que estiveram norteando este texto, como pano de fundo, na tentativa de um *deslocamento da questão do analfabetismo para o processo de alfabetização* (Frago:1993). Tentei, para além de alguns marcos históricos, com alguns exemplos, mostrar que implicações ideológicas-culturais vem alterar a análise simplista que relaciona de forma direta: processo de industrialização-urbanização-escola-alfabetização, inclusive produzindo políticas públicas para a educação. Não podemos deixar de vincular a enorme promoção da alfabetização de orientação freiriana no início dos anos 60, ao processo de efervescência cultural vivido pelo país, de valorização do popular, do processo de sindicalização dos trabalhadores, entre outras organizações que se promoviam na sociedade civil. Um pouco, talvez, da realização de Cuba, quando conseguiu engajar a população no processo de alfabetização

por razões políticas-ideológicas e em poucos anos apresentou uma taxa de analfabetismo próxima ao zero. De maneira semelhante, acompanhamos a proposta de educação do MST (Movimento dos Sem-Terra) vinculada a um projeto político para a sociedade.

*“Que ocorreria se o mundo todo fosse alfabetizado?’ pergunta-se J. Galtung, no princípio de sua exposição. ‘Não muito’, responde, já que o mundo está, no conjunto, de tal maneira estruturado que é capaz de absorver o impacto. Mas se a totalidade do mundo estivesse integrada por pessoas alfabetizadas, autônomas, críticas, construtivas e capazes de transpor a idéia para a ação, individual e coletivamente, o mundo mudaria!” (Frago: 1993, pág.38).*

Quantos educandos não chegam até as classes de alfabetização para aprender a ler a Bíblia? Para ensinar os filhos e netos? Para conseguir um trabalho? Por medo de perder o trabalho? Para deixar de ser burro? Para deixar de colocar o dedão? Por agora ter tido a chance? Causas, necessidades subjetivas e objetivas que constróem o desejo e o sonho de tornar-se um sujeito alfabetizado. Como tomar essas necessidades e desejos tão diferentes em ponto de partida para a construção de um projeto político-pedagógico coletivo? Alimentamos, nós professoras, nossa utopia de viver numa sociedade diferente? Questões tão diferentes numa história comum, fazendo do Brasil, a partir destes 500 anos, um dos países com os maiores índices de desigualdades sociais que se conhece.

## BIBLIOGRAFIA

COMERLATO, Denise Maria. Dimensões teórico-metodológicas na prática educativa com adultos trabalhadores. In: *Aprendendo com Jovens e Adultos: revista do Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores.*, Porto Alegre: UFRGS, PRORESC e FACCED, 1999.

FONSECA, Laura de Souza. Apontamento de EJA. Porto Alegre, mimeo., 2000.

FRAGO, António Viñao. *Alfabetização na Sociedade e na História: vozes, palavras e textos.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade.* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

História do Anarquismo: Anarco-sindicalismo e Pedagogia Libertária. Vol II. Publicação da SOMA, s/data.

HAADAD, Sérgio. Tendências Atuais na Educação de Jovens e Adultos. *Em aberto.* Brasília: ano 11, no 56, out/dez, 1992.

Parecer n. 774/99. Comissão de Educação de Jovens e Adultos do Conselho Estadual de Educação. Porto Alegre, 1999.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. " A Educação Básica de Jovens e Adultos: a trajetória da marginalidade". Tese de Doutorado. Faculdade de Educação/UFRJ, 1994.

*Primeiras Letras: Cantos de Anchieta.* Álvaro Pinto, Editor. Rio de Janeiro, 1923.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros.* Belo Horizonte: Autêntica, 1998.